

Cardoso descarta

Economia

Brasília, quarta-feira, 26 de maio de 1993

9



AGRIMISA

O SEU BANCO PARTICULAR

dolarização da economia

Brasil

Buenos Aires — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou a aceleração do programa de privatização e afastou ontem a possibilidade de dolarizar a economia brasileira ou tomar medidas baseadas na experiência da Argentina. “Dolarização ou implantação de um sistema de âncora cambial não tem sentido” — declarou Fernando Henrique Cardoso, após encontrar-se com o ministro da Fazenda argentino, Domingo Cavallo. Para Cardoso, a situação entre o Brasil e a Argentina é muito diferente. “O importante não é a dolarização da economia, mas a disciplina fiscal, aconselhou Cavallo. O ministro da Economia argentino alertou a Fernando Henrique que “a retomada do

crescimento não pode implicar na disparada da inflação”.

Fernando Henrique e Domingo Cavallo conversaram no hotel Alvear, durante duas horas de almoço no qual estavam presentes ainda os chanceleres dos dois países e o embaixador do Brasil na Argentina, Marcos Azambuja. Antes do almoço, Domingo Cavallo afirmou que “o grande desafio do Brasil é equilibrar o seu caixa, reduzindo o déficit fiscal e combatendo a sonegação”. Para Cavallo, a questão monetária é secundária. O mais importante é o controle fiscal aliado ao incremento da privatização”. Segundo Fernando Henrique, a privatização será “acelerada”.

Trabalho — O ministro Fernando Henrique insistiu que não

haverá choques ou qualquer tipo de medida drástica para combater a inflação. “Conseguiremos isso com persistência, seriedade e trabalho” declarou o ministro, após pregar ainda a necessidade do aumento da credibilidade do setor estatal e confiança do povo no Tesouro”.

O ministro Fernando Henrique explicou que Brasil e Argentina vivem situações muito diferentes e, por isso mesmo, “a receita aplicada aqui não pode ser repetida no Brasil, seria um equívoco”. Para Fernando Henrique, “é preciso resguardar a credibilidade econômica, implementar uma política fiscal mais restritiva e controlar os gastos, porque não há recursos”.